

## ATA DA IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Às dez horas do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e três, teve início a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, realizada no Auditório 1, IBAMA Sede, Brasília – DF. A reunião foi aberta pela Ministra do Meio Ambiente e Presidente do CNRH, Ministra Marina Silva, que, em sua manifestação abordou sobre a realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente – CNMA, como também sobre a elaboração do PPA 2004/2007. Disse que, pela abrangência e possibilidade de dialogar com a sociedade, pretendia-se dar ênfase a estes dois temas; salientou que os Conselhos eram os espaços ideais para que ocorresse a participação da sociedade nas decisões de governo. Com relação à CNMA, observou que já existia, como ponto de partida, um grande acúmulo de conhecimentos, como por exemplo a Agenda 21, que deveria ser implementada; falou que esforços estariam sendo despendidos durante o evento para que o SISNAMA pudesse sair fortalecido. Disse ainda entender que a Conferência seria um ponto importante para atender a uma antiga demanda da sociedade por participação. Referindo-se ao PPA 2004/2007, disse esperar que a dimensão ambiental fosse incorporada em seus diversos programas; destacou que pretendia acompanhar o PPA no seu todo e assumiu o compromisso de mudar a rotina de “não pode ser feito” para a de “como pode ser feito”, de forma adequada e voltada a programas que levassem ao crescimento econômico de forma sustentável. Como exemplo, citou o Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Amazonas, envolvendo todos os ministérios. Finalizando, desejou ao Plenário que a reunião fosse profícua. O Dr. João Bosco Senra, Secretário de Recursos Hídricos do MMA e Secretário Executivo do CNRH, convidou o Dr. Luiz Cláudio Figueiredo e o Dr. Roberto Monteiro, da Secretaria Executiva do CNRH, para o auxiliarem na condução dos trabalhos compondo a mesa. Feito os informes de praxe, a Ministra Marina Silva deu posse aos novos conselheiros, saudando-os. Foi proposta alteração de pauta (**Anexo I**) antecipando-se a análise da criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande para discussão logo após a exposição sobre a CNMA. Adentrando-se na ordem do dia, foi aprovada a ata da 10ª Reunião Extraordinária. Em prosseguimento, o Dr. João Bosco convidou o Dr. Ariel Vaz, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPO, para realizar a apresentação (**Anexo II**) sobre o PPA 2004/2007. O Dr. Ariel iniciou sua apresentação comentando sobre aspectos econômicos relativos ao momento atual. Explicou que a diferença entre o PPA que se estava realizando e os anteriores residia na lógica de sua elaboração, valorizando a busca do desenvolvimento sustentável. Falou sobre a pretensão de se elaborar um PPA federativo, que fosse também um planejamento participativo com a presença da sociedade civil organizada. Anunciou que, a partir de setembro, o PPA deveria estar no Congresso e, simultaneamente, seria desencadeada a efetivação da participação da sociedade, por sub-regiões, no período de setembro a março do ano de 2004. Falou também sobre o planejamento territorial que pretendia trazer a questão do desenvolvimento sustentável para o nível territorial, com metodologias e conceitos novos. Em seguida, como segunda parte da mesma apresentação (**Anexo III**), foi convidada a Dra. Muriel Saragoussi, do MMA e Diretora do CONAMA, para falar sobre os programas propostos pelo Ministério para o PPA. A Dra. Muriel iniciou falando sobre a missão do Ministério e seus objetivos estratégicos; salientou que os programas propostos para o PPA 2004/2007 deveriam viabilizar o alcance desses objetivos. Comentou detalhadamente sobre os quinze objetivos setoriais do MMA e explicitou as cinco diretrizes do Ministério, quais sejam: promoção do desenvolvimento sustentável, o controle social, a justiça ambiental, a transversalidade e o fortalecimento do SISNAMA. Prosseguiu apresentando sucintamente os diversos programas que estavam sendo discutidos, no âmbito do MMA. Ênfase foi dada aos programas que deveriam contemplar a agenda azul do

55 MMA, quais sejam: Conservação uso racional e qualidade das águas, Nossas Águas,  
56 Programa de Combate à Desertificação, Sede Zero e Revitalização de bacias  
57 hidrográficas. Ao final, lembrou que todos estes temas seriam abordados quando da  
58 realização da CNMA. Após as apresentações, iniciaram-se os debates. A Conselheira  
59 Patrícia Boson, representante das indústrias, falou sobre a importância do  
60 zoneamento ecológico econômico e sugeriu que fosse dado destaque à atividade  
61 minerária e às hidrelétricas; solicitou atenção especial para a questão das áreas  
62 passíveis de implementação da atividade de mineração e de construção de  
63 hidrelétricas. O Conselheiro Sanderson Leitão, do Ministério de Ciência e Tecnologia,  
64 salientou a importância dos programas apresentados e recomendou que não deveria  
65 ser esquecida a questão do saneamento. Em seguida o Conselheiro Luiz Eduardo  
66 Garcia, do Ministério dos Transportes, salientou a importância do zoneamento  
67 ecológico econômico; salientou que a implantação de hidrovias deveria acompanhar o  
68 mapeamento proposto no zoneamento. A Dra. Ninon Machado, representando as  
69 ONGs, recomendou que fosse levada em consideração, no PPA, a bacia hidrográfica  
70 como unidade de planejamento, e ainda, a questão do gênero. Para responder as  
71 perguntas formuladas e fazer suas considerações finais, foi passada a palavra para os  
72 dois palestrantes. O Dr. Ariel observou que o MPO é um entusiasta do zoneamento  
73 ecológico econômico e, com relação ao saneamento, salientou a existência de um  
74 grupo de trabalho específico para tratar do tema; sobre o planejamento por bacia,  
75 disse que esta sugestão seria logicamente levada em consideração. A Dra. Muriel  
76 disse que o Ministério do Meio Ambiente também era um entusiasta do zoneamento  
77 ecológico econômico. Dirigindo-se à Dra. Ninon, falou sobre a existência de grupo de  
78 trabalho para tratar dos direitos humanos, principalmente da mulher e das minorias.  
79 O Dr. João Bosco agradeceu a presença dos palestrantes e passou ao item 3 da pauta:  
80 apresentação sobre a CNMA. Convidou a Dra. Rachel Trajber, do MMA e coordenadora  
81 da Conferência, para a apresentação (**Anexo IV**). A Dra. Rachel destacou o Plano  
82 Nacional de Recursos Hídricos como o carro chefe para as questões sobre recursos  
83 hídricos na CNMA. Lembrou que os Conselheiros do CNRH eram membros natos da  
84 Conferência e destacou o exercício da transversalidade e do controle social. Disse que  
85 a Conferência estava agendada para novembro próximo, nos dias 28, 29 e 30, e que  
86 estavam sendo esperadas a presença de 1.000 participantes, além de cerca de 400  
87 jovens, na faixa etária entre 11 e 15 anos. Como objetivos da Conferência, destacou a  
88 mobilização social, a educação ambiental e a ampliação da participação nas questões  
89 ambientais. Em seguida, foram abertos os debates. O Conselheiro Maurício Garcia, do  
90 Ministério da Educação - MEC, questionou sobre o prazo e os custos para a realização  
91 do evento; disse que o MEC também pretendia fazer uma Conferência mas que devido  
92 aos custos e agenda, a idéia teria sido transferida para o próximo ano. O Conselheiro  
93 Miguel Nery, do Ministério de Minas e Energia – MME, recomendou ênfase na  
94 discussão sobre recursos naturais não renováveis. Em resposta, a Dra. Rachel disse  
95 que a preocupação com os prazos era válida; com relação aos recursos, disse que  
96 estariam sendo buscadas parcerias e informou algumas já firmadas como com a  
97 UNESCO, o MEC e a TV Futura. Disse que os recursos orçados seriam da ordem de 7 a  
98 8 milhões de reais, para a realização das duas conferências. Concluindo, o Dr. João  
99 Bosco recomendou a todos que colocassem nas suas agendas as datas de 28, 29 e 30  
100 de novembro para participação na Conferência. Dando prosseguimento, após  
101 agradecimentos à Dra. Rachel, iniciou as discussões sobre a proposta para Criação do  
102 Comitê da Bacia do Rio Verde Grande (**Anexo V**), item 6 da pauta, que foi  
103 antecipado. Solicitou ao Conselheiro Shelley Carneiro, representante dos CERH/Minas  
104 Gerais e Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do  
105 Estado, para fazer a leitura de documento enviado pelo Secretário José Carlos  
106 Carvalho (**Anexo VI**), endereçado aos Conselheiros, contendo manifestação de apoio  
107 à criação do comitê. Após a leitura e comentários do Conselheiro Shelley, foi dada a  
108 palavra ao Conselheiro Julio Thadeu, representante do MMA e Presidente da Câmara

109 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, que comentou sobre a análise feita  
110 sobre o tema no âmbito da Câmara Técnica; citou o parecer elaborado pela Secretaria  
111 Executiva, em termos de coerência com a Resolução CNRH nº 5, que consubstanciou  
112 o parecer favorável da CTIL à criação do Comitê. Passou então a palavra ao Dr. Luís  
113 Lobo, coordenador do Escritório Técnico responsável pelos trabalhos de mobilização  
114 desenvolvidos na bacia. O Dr. Luís Lobo agradeceu o apoio da ANA e da SRH/MMA no  
115 processo de tramitação da documentação relacionada à proposta de criação do  
116 Comitê; em seguida fez uma apresentação sobre a bacia, com destaque para os  
117 trabalhos já realizados e os conflitos existentes pelo uso da água na região (**Anexo**  
118 **VII**). Após a apresentação, foram iniciados os debates. O Conselheiro Maurício Garcia,  
119 citando o parecer técnico da Secretaria Executiva, destacou que 50% dos municípios  
120 envolvidos no estado de Minas Gerais não teriam manifestado formalmente seu apoio  
121 à criação do Comitê. O Dr. Luís Lobo falou sobre a intenção de atendimento à  
122 resolução do CNRH, mas destacou a existência de outras adesões que não teriam sido  
123 enviadas, uma vez que a documentação já havia sido encaminhada ao Conselho. Após  
124 os esclarecimentos, o Dr. João Bosco colocou a matéria em votação. Foi aprovada por  
125 unanimidade a criação do Comitê da Bacia Hidrografia do Rio Verde Grande. Assim  
126 sendo, às 13:30 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:30  
127 horas, quando o Dr. João Bosco colocou em discussão o item 4 da pauta, referente a  
128 proposta de modificação do Regimento Interno do CNRH (**Anexo VIII**). Foi proposta  
129 uma metodologia para análise da proposta do novo regimento que facilitasse a  
130 apreciação das emendas encaminhadas, sendo concedido mais prazo na reunião para  
131 apresentação de propostas, pelo que foi sugerida a inversão de pauta. Com isso,  
132 passou-se ao item 7 da pauta: deliberação sobre proposta de orçamento do CNRH  
133 para o ano 2004 (**Anexo IX**). O Conselheiro Julio Thadeu explicou que esta nova  
134 cronologia de discussão da proposta orçamentária do Conselho estaria sendo feita  
135 para possibilitar sua inclusão no orçamento da União de 2004; em seguida, fez a  
136 apresentação da proposta. Finalizando, solicitou o apoio dos conselheiros para a  
137 aprovação da matéria, para posterior encaminhamento ao Ministério do Meio  
138 Ambiente. Iniciadas as discussões, a Dra. Ninon Machado manifestou sua  
139 concordância com a proposta apresentada, sugerindo que constasse do orçamento  
140 recursos para custeio das despesas dos representantes da sociedade civil nas reuniões  
141 do CNRH e de suas Câmaras Técnicas; recomendou que fosse feita uma emenda ao  
142 orçamento proposto, acrescentando estes recursos. Recomendou ainda que a  
143 Secretaria Executiva fizesse um maior uso da *internet* para discussão das matérias,  
144 para o que deveriam ser investidos recursos em sua modernização. O Dr. João Bosco  
145 colocou a matéria em votação, tendo sido aprovada a proposta orçamentária  
146 apresentada. A Conselheira Cristina Yuan, representante das indústrias, solicitou  
147 esclarecimentos sobre o que teria sido proposto pela Dra. Ninon Machado. Disse ter  
148 entendido que teria sido solicitado que se considerasse, no orçamento apresentado,  
149 recursos para o custeio da participação da sociedade civil no CNRH; assim sendo,  
150 complementou, essa deliberação deveria constar no Regimento Interno. O  
151 Conselheiro Mauro Viegas, representante das indústrias, opinou que as propostas  
152 seriam válidas, mas destacou que não poderiam ser aprovadas, uma vez que não  
153 estariam previstas no Regimento; propôs que fossem aprovadas com a condicionante  
154 de serem posteriormente inseridas no Regimento. O Dr. João Bosco recomendou que  
155 se colocasse em destaque o que foi solicitado. Ainda sobre o assunto, a Conselheira  
156 Patrícia Boson lembrou que 7,5% da arrecadação pela cobrança pelo uso dos  
157 recursos hídricos (§ 1º, inciso II, art. 22, da Lei nº 9.433, de 1997) teria sido previsto  
158 também com essa finalidade. Disse entender que esses recursos deveriam ser  
159 utilizados para manutenção do sistema, aí incluído o custeio à participação da  
160 sociedade civil. A Conselheira Ninon Machado propôs que fosse recomendado às  
161 Câmaras Técnicas que preparassem uma resolução específica para o tema, que  
162 tratasse da efetividade da participação da sociedade civil no CNRH. O Dr. João Bosco

163 sugeriu que fosse aguardada a discussão do assunto no Regimento Interno; uma vez  
164 incluído no Regimento, seria adicionado no orçamento já aprovado. Retornou-se então  
165 à discussão da proposta de modificação do Regimento Interno. O Dr. João Bosco  
166 convidou o Conselheiro Julio Thadeu, Presidente da CTIL, para relatar a matéria. O Dr.  
167 Julio Thadeu, em seu relato, lembrou que o atual Regimento tinha quatro anos e que  
168 precisava de adequações, para tornar o CNRH mais eficaz. Em seguida, o Dr. João  
169 Bosco listou os artigos e parágrafos para os quais haviam sido propostas emendas.  
170 Dando continuidade, propôs votar em bloco a aprovação dos artigos que não haviam  
171 sido objeto de emendas; feita a votação, os artigos foram aprovados. Com isso,  
172 propôs iniciar a análise das emendas apresentadas e sugeriu que, após a leitura de  
173 cada uma, fosse permitida a manifestação do autor. A Dra. Ninon Machado solicitou  
174 destaque para a questão do custeio de despesas para participação da sociedade civil  
175 nas Câmaras Técnicas e no Conselho (art. 21 do Regimento); argumentou que esta  
176 prática já era adotada no CONAMA. O Dr. Marley, da SRH/MMA, ponderou que o  
177 Regimento não poderia extrapolar o estabelecido no Decreto nº 4.613, de 2003, que  
178 impediria que este custeio fosse feito. Diante do exposto, o Dr. João Bosco  
179 recomendou que o assunto fosse encaminhado à CTIL, para que fosse estudada  
180 proposta de alteração necessária no referido Decreto. Ao todo foram apresentadas 34  
181 emendas pelos conselheiros, sendo 17 modificativas, 9 aditivas, 5 supressivas e 3  
182 substitutivas. Após amplo debate sobre os destaques apresentados, ficou consensado  
183 o texto que segue anexo (**Anexo X**) como o novo Regimento Interno do CNRH, que  
184 foi aprovado pela maioria absoluta dos seus membros. Dando prosseguimento, o Dr.  
185 João Bosco iniciou as discussões sobre o item 5 da pauta: análise e discussão da  
186 proposta de Resolução sobre a Divisão Hidrográfica Nacional – DHN (**Anexo XI**). Para  
187 relatar a matéria, foi convidado o Conselheiro Oscar Cordeiro, representante das  
188 organizações técnicas e Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos  
189 Hídricos - CTPNRH. Após a leitura do texto da proposta de resolução, o Dr. Oscar  
190 elogiou a participação da SRH/MMA e da ANA nos trabalhos de elaboração da proposta  
191 de Resolução; lembrou que a Câmara Técnica analisara, criticara e sugerira  
192 modificações no texto da proposta de Resolução. Em seguida, fez apresentação sobre  
193 o tema (**Anexo XII**), durante a qual comentou sobre o histórico das divisões  
194 hidrográficas no Brasil. O Conselheiro Fernando Becker, representando o setor  
195 hidroviário, propôs a retirada da expressão “costeira” presente no nome de algumas  
196 regiões hidrográficas, no anexo 2 da Resolução. Em seguida o Conselheiro Ernani  
197 Fortuna, representante dos hidroviários, também contestou a expressão “costeira” e a  
198 expressão “Região Hidrográfica”; propôs que “costeira” fosse substituída por  
199 “atlântico”. Com respeito à questão amazônica, o Conselheiro propôs que fossem  
200 agregadas a Região Hidrográfica Amazônica e a região denominada Costeira do Norte.  
201 O Dr. Oscar respondeu aos dois conselheiros dizendo que não via problemas em  
202 substituir a expressão “costeira” no anexo; com respeito à expressão “região  
203 hidrográfica”, disse que havia sido objeto de discussão na Câmara Técnica e que,  
204 portanto, havia sido inserido parágrafo único ao art. 1º, definindo a expressão. Sobre  
205 a questão da agregação de regiões proposta, disse entender que deveria prevalecer o  
206 critério hidrográfico, uma vez que todas as bacias da região Costeira do Norte  
207 drenavam para o Oceano Atlântico. O Conselheiro Sanderson Leitão pediu explicação  
208 sobre a denominação adotada para a região hidrográfica do Tocantins. O Dr. Oscar  
209 disse concordar com a existência de dúvidas e que não teria oposição à adoção da  
210 denominação Araguaia/Tocantins. O Conselheiro Maurício Meirelles, do Ministério da  
211 Defesa, retomou o tema da agregação; opinou que o Estado do Amapá não poderia  
212 ficar dissociado do restante da região amazônica. O Dr. Oscar, após consultas aos  
213 técnicos da SRH/MMA e da ANA presentes, disse que estaria de acordo com a  
214 agregação proposta, ficando a DHN composta por 12 bacias hidrográficas; com  
215 relação à utilização do termo “costeira”, disse concordar com sua substituição por  
216 “atlântico”. Findos os debates e pedidos de esclarecimentos, o Dr. João Bosco

217 recomendou à Secretaria Executiva que fizesse as modificações propostas e  
218 aprovadas, sem necessidade da matéria retornar à CTPNRH. Em seguida, colocou a  
219 matéria em votação, com as modificações sugeridas (**Anexo XIII**), a qual foi  
220 aprovada por unanimidade dos presentes. Finalizando a reunião, o Dr. João Bosco  
221 convidou a todos para estar presentes na XI Reunião Extraordinária, que iria ocorrer  
222 no dia seguinte, 26 de junho. A Conselheira Ninon Machado pediu a palavra para  
223 comentar sobre a situação dos técnicos que, cumprindo as regras de concurso  
224 específico da ANA, foram aprovados. Solicitou que a ANA apresentasse explicações  
225 sobre o que estava efetivamente ocorrendo. O Dr. João Bosco, em nome do Governo  
226 Federal, explicou que estaria ocorrendo um esforço, no âmbito do MMA, para a  
227 solução do problema, com encaminhamento da questão para a Casa Civil; disse que a  
228 Ministra Marina Silva estaria tratando pessoalmente do assunto. O Conselheiro  
229 Sanderson Leitão concordou com a Conselheira Ninon e, devido à ausência de  
230 diretores da ANA naquele momento da reunião, sugeriu que o assunto fosse  
231 novamente levantado na reunião do dia seguinte, no qual o presidente da ANA  
232 certamente estaria presente. O Conselheiro Antônio Evangelista, representante das  
233 ONGs, levantou problemas que estariam ocorrendo na bacia do rio Paraíba do Sul,  
234 sobre extração de areia no leito do rio, onde eram produzidos 80% do montante total  
235 utilizado em São Paulo. Disse possuir imagens de satélites que demonstravam que a  
236 exploração estaria extrapolando as áreas previstas nas outorgas fornecidas pelo  
237 DNPM. Foi recomendado que o assunto fosse encaminhado à Câmara Técnica de  
238 Análise de Projeto – CTAP. Em seguida, o Secretário João Bosco Senra agradeceu a  
239 presença de todos, parabenizando pelos trabalhos do dia. Deu por encerrada a IX  
240 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez  
241 aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata, seria assinada por ele, Secretário  
242 Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

243  
244 Aprovada em 15 de outubro de 2003, durante a XI Reunião Extraordinária do CNRH.

245  
246  
247  
248 MARINA SILVA  
249 Presidente

JOÃO BOSCO SENRA  
Secretário Executivo